

COMUNIDADE DE COMUNIDADES

Uma análise do Documento da CNBB
à luz da Teologia da Missão.

*Edcarlos Isaías de Souza**

* Sacerdote redentorista, Mestre em Teologia da Missão.

Resumo:

O autor analisa o documento final da quinquagésima segunda Assembleia da conversão pastoral da paróquia à luz da Teologia da Missão com o objetivo de aclarar o sentido da missão da Igreja a partir do viés paroquial. O referido documento da CNBB é o resultado do estudo que os bispos fizeram a respeito da missionariedade da comunidade eclesial estruturada em paróquia. Assim, tendo presente uma sociedade hipermoderna, polissêmica e plural, o artigo é resultado da análise crítica-propositiva do resultado do estudo episcopal visando compreender uma possível paróquia missionária segundo os princípios da Teologia da Missão; leva em conta o tempo de transição que vive a Igreja pela passagem do pontificado de Bento XVI para o do papa Francisco.

Palavras-chaves: Concílio Vaticano II; Igreja em Saída; Teologia: missão eclesial; CNBB: Paróquia; Sociedade: Desafio eclesial; Papado: transição.

Abstract:

The author analyses the document of the fifty-second Meeting of the Conference of Bishops of Brazil: community of communities: a new parish-the parish pastoral conversion in light of the theology of Mission, in order to clarify the meaning of the Church's mission, from

the parochial view. The CNBB document is the result of the study that the bishops have made regarding the missionary spirit of the Church community in the parish. So, bearing in mind a hypermodern society, polysemic and plural, the article is a result of critical analysis—the result of purposeful study aimed at understanding Episcopal concepts of missionary parish in accordance with the principles of theology of Mission; takes into account the transition time in the Church, from the pontificate of Pope Benedict XVI to that of Francisco.

Key words: Vatican II: Church in exit; Theology: Ecclesial mission; CNBB: Parish; Society: Ecclesial challenge; Papacy: transition.

Introdução

Vivemos tempos de mudanças e a realidade de hoje lança muitos desafios à Igreja, principalmente quanto ao papel da paróquia atualmente. O questionamento sobre a paróquia está na ordem do dia, pois a pergunta é sobre a sua vocação missionária. Neste sentido, que nos propusemos estudar o Documento da CNBB: *Comunidade de comunidades: Uma nova paróquia – a Conversão pastoral da Paróquia*. Esse Documento foi aprovado pelos bispos na 52ª Assembleia realizada em Aparecida no ano de 2014.¹ O documento foi preparado por um documento de trabalho, apresentado na 51ª Assembleia da CNBB e aprovado como texto de estudo.²

Como iremos confrontar os textos, por uma questão prática vamos utilizar duas siglas: DT 104 para Documento de Trabalho e a sigla CC 100 para o Documento Final. Neste sentido, cada vez que o leitor (a) se deparar com essas abreviações saberá sobre qual dos textos estamos fazendo referência.

Sabemos que este assunto sobre a missão da paróquia é delicado para a Igreja, pois as paróquias estão constantemente sendo desafiadas a fazerem uma renovação das suas estruturas, dos seus planos de ação, sobretudo, porque o mundo, a Igreja e a sociedade estão em processo de mudança contínua. Como disse Hugo Assmann:

Uma polissemia, ou seja, uma pluralidade de significados claramente distinguíveis entre humano e humanidade. Admitir essa polissemia não constitui um problema. É uma quase evidência.³

Não estamos mais no mundo rural, unívoco, mas no mundo urbano, complexo e desafiante. E, no meio científico

¹ Trata-se do documento oficial, número 100 da Coleção Azul dos Documentos da CNBB publicada pela Editora Paulinas. Usamos a sigla: CC100.

² Esse texto corresponde ao de número 104 da Coleção Verde dos Estudos da CNBB publicada igualmente pelas Paulinas. Usamos a sigla: DT 104.

³ H. ASSMANN e J. M. SUNG. *Deus em nós: o reinado que acontece no amor solidário aos pobres*. São Paulo: Paulus, 2010, p. 17.

já não estamos falando de pós-modernidade, mas de hiper-modernidade. Por isso, como falar de paróquia, ou renovação da mesma, num mundo tão descrente das instituições?

Sabemos que falar da paróquia, enquanto Comunidade de comunidades, traz consigo entraves, alguns conflitos de cunho eclesiológico, teológico e missiológico que precisam ser enfrentados. Assuntos estes que, a Igreja, na maioria das vezes prefere sair pela tangente e não colocá-los na ordem do dia por medo das consequências que poderão trazer. Estamos falando da relação entre a sua face hierárquica e a face *povo de Deus* que precisam ser enfrentadas, quando se pretende realizar uma conversão pastoral da paróquia o que requer uma mudança de mentalidade de fato. Não se trata de pensar uma mudança da paróquia de fora para dentro, mas de dentro para fora se ela assim quiser ser missionária. Como disse Agenor Brighenti: *Entre temores e esperança, estamos todos imersos numa denominada crise da modernidade.*⁴

A sociedade vive numa relação paradoxal entre a sedução, o consumismo, o individualismo, a desorientação, a ansiedade compulsiva. Por isso, trabalhamos neste artigo a partir de três chaves de leitura que, a nosso ver, trouxeram consigo luzes e questionamentos para o surgimento da paróquia missionária, foram eles: o Concílio Vaticano II e sua *virada copernicana*, a programática de João Paulo II - Bento XVI e a atual programática de Francisco em um cenário de crise eclesial e social por caráter anti-institucional e pró-privatização da vida.

Foi a partir destes antecedentes contextuais que mergulhamos no Documento 100 na busca de sua visão missionária com o intuito de entender se tal visão correspondia ou não à visão missionária que a Teologia da Missão tem e defende.

Tivemos a pretensão de fazer uma análise do Documento 100, do ponto de vista crítico e prospectivo. Em nenhum momento tivemos interesse em depreciar ou fazer um estudo depreciativo do mesmo, mas olhá-lo à luz da Teologia da Missão, que é o nosso referencial científico, vendo seus avanços, crises, paradoxos, como um texto que tinha tudo para ser bom senão tivesse sido realizado num período de transição da Igreja, de crise de direção, não somente entre dois Papas, mas entre dois projetos dispares para a Igreja.

Sabemos que há sempre muito a dizer sobre o assunto abordado. Contudo, esperamos que nossa breve reflexão possa contribuir para ajudar a Igreja e a paróquia a olharem para frente, tendo a certeza que, enquanto sujeitos na missão de Deus, sempre terão o que dizer ao mundo. Portanto, a nossa exposição consistirá nos seguintes passos: 1. Contexto social e eclesial do Documento da CNBB *Comunidade de*

⁴ A. BRIGHENTI, *A missão evangelizadora no contexto atual: realidade e desafios a partir da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 20.

Comunidades: uma nova paróquia; 2. Apresentação da Visão geral do Documento. 3. Análise crítica e prospectiva: por uma paróquia missionária.

1. Contexto social e eclesial da 52ª Conferência da CNBB

Sem ter a pretensão de dar uma visão completa do contexto em que aconteceu a quinquagésima segunda Conferência dos Bispos do Brasil, queremos apontar alguns elementos que situam o documento produzido por essa assembleia e que ajudam a compreender o seu conteúdo.

1.1. Uma Sociedade desorientada

Vivencia-se um tempo de crise na sociedade com forte repercussão na Igreja. Essa crise paradigmática não aconteceu de uma hora para outra, mas foi sendo forjada ao longo da história na medida em que o ser humano começou a se questionar sobre determinados valores que antes eram inquestionáveis.

Uma mudança social e eclesial se abateu sobre a sociedade tradicional-cristã, onde a religião era a *mestra da verdade* e da doutrina sobre Deus. O mundo era entendido como teocêntrico e Deus a medida de todas as coisas. Todavia, com a reviravolta antropocêntrica, ou melhor, com o nascimento de uma sociedade racionalmente organizada, vieram os questionamentos aos princípios religiosos. Daí que o reinado passa a ser do homem e não mais de Deus. Contudo, essa sociedade do progresso racional e cientificamente buscado, entrou em crise por não ter conseguido realizar suas promessas.

Ao deixar o homem num vazio existencial, tem-se o nascimento de uma sociedade pós-moderna com sua busca pela felicidade momentânea; mergulhada no aqui e agora, parece viver sem nenhuma preocupação com o futuro. Sem referências com o passado, perdida pela modernidade, não se preocupa com a ideia de uma ação transformadora da vida social, pois, contenta-se com a vivência prazerosa do presente. No entanto, esse tipo de sociedade também entrou em crise. Atualmente, parece estarmos mergulhados na sociedade hipermoderna marcada pela *desorientação* e pela *decepção*.

A sociedade hipermoderna representa o tempo do desencanto, do desconforto, da desconfiança frente a qualquer instituição que queira limitar a liberdade humana. Neste sentido, vale a pergunta: *será que estamos rumando para um mundo sem alma, sem valores éticos e/ou ideais religiosos?*⁵ Noutras palavras, onde está a felicidade do ser humano?

⁵ Cf. G. LIPOVETSKY e J. SERROY. *A cultura mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 132.

A felicidade humana é paradoxal,⁶ pois o indivíduo, envolvido pelo mundo do mercado e do consumo, ajoelha-se ante o *deus-dinheiro*, dominado pelo culto ao sucesso. Dá mais relevância à exterioridade e à aparência do que à interioridade e à espiritualidade. Todavia, essa *felicidade* momentânea, comprada, através do consumismo, não é capaz de o satisfazer. Sobretudo porque, a verdadeira felicidade está, não no ter, mas no ser e um ser em constante construção.

O ser humano traz consigo a revivescência do religioso enquanto busca pela reativação multiforme das espiritualidades nesta hipermodernidade, mesmo sendo uma época, marcada pela individualização, dispersão, emocionalização das crenças e práticas religiosas. Sem pretensão de querer falar em retorno do religioso, visto que estamos passando por uma época pós-tradicional, não se pode negar que o homem hipermoderno busca algo que lhe dê sentido à vida na realização multiforme das espiritualidades.⁷ Portanto, segundo Lipovetsky:

Está na natureza do homem ser insatisfeito e impossível de contentar e porque todo um conjunto de bens mercantis se mostra incapaz de trazer o gênero de satisfações que se espera deles, as experiências de consumo estão na origem de muitas decepções.⁸

Sendo assim, podemos até estar vivenciando um fim dos metarrelatos, mas não o fim dos valores da modernidade, da pergunta pelo sentido das coisas; que a crise moderna represente essa oportunidade de revisitar os princípios modernos e tirar daí suas lições. Vejamos:

A atual crise de civilização, dos metarrelatos, das ideologias e das utopias repercute diretamente sobre o planejamento que, precisamente, se ocupa em projetar um futuro desejável. [...] Entretanto, nem tudo é sombra na denominada crise da modernidade. Do descrédito da razão técnico-instrumental podem tirar lições que ajudam a repensar o planejamento, no âmbito da ação evangelizadora.⁹

Essa atual crise pode ser chamada de uma segunda revolução moderna, desregulamentadora e globalizada, sem o contraditório, absolutamente moderna, alicerçada em três axiomas constitutivos da própria modernidade anterior: mercado, eficiência técnica, individualidade.¹⁰ E, nisso, ela não é exclusivamente autocrítica dos saberes e das instituições modernas. Mas, sua memória revisitada pela remobilização das crenças tradicionais e pela hibridização individualista do passado no presente. Fazendo

⁶ Cf. G. LIPOVETSKY, *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 161.

⁷ Cf. G. LIPOVETSKY e J. SERROY, *A cultura mundo*, op. cit., pp. 33-134.

⁸ G. LIPOVETSKY, *A felicidade paradoxal*, op. cit., p. 161.

⁹ A. BRIGHENTI, *Reconstruindo a Esperança*. Como planejar a ação da Igreja em tempo de mudança. São Paulo: Paulus, 2000, p. 5.

¹⁰ Cf. C. SEBASTIEN e G. LIPOVETSKY, *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004, p. 54.

¹¹ Ibidem.

a desconstrução das tradições, para reempregá-las sem a imposição institucional, a partir do princípio da soberania individual.¹¹

1.2. A preparação da Conferência pelo tema da paróquia como *Comunidade*

Comunidade de comunidades: uma nova paróquia não nasceu um texto pronto, mas foi fruto de um processo histórico. Sua construção teve como base um texto de autoria coletiva, pois mais de um membro desse grupo participara da Comissão preparatória da 51ª Assembleia cujo tema central fora exatamente o mesmo: a paróquia como comunidade de comunidades.

Na 52ª Assembleia, em 2014, os bispos tiveram uma nova versão do texto que levou em consideração os aspectos levantados na discussão da assembleia anterior. Após novas contribuições dos bispos, o texto foi votado e aprovado como documento final.

Essa forma de construção textual trouxe consigo a intencionalidade de um pré-texto que chamamos de antecedentes contextuais. Esses antecedentes tornaram-se importantes chaves de leituras para a compreensão e a formulação capítular do documento final.

1.3. Antecedentes contextuais: *as chaves de leituras*

Antes de apresentar propriamente a estrutura do documento, dedicamos um tempo para olhar os antecedentes contextuais, por entender que eles representaram pontos-chaves para compreender a missionariedade presente nele. Seja em favor de uma saída missionária seja uma compreensão missionária fechada no interno da paróquia e de suas estruturas, qual o sentido que o documento dá à missão da Igreja no contexto da vida paroquial?

Levamos em conta até que ponto eles influenciaram nas perspectivas eclesiológicas, teológicas, missiológicas e metodológicas no documento final da quinquagésima segunda assembleia dos Bispos do Brasil.

a) O Concílio Vaticano II e sua virada copernicana

O Concílio Vaticano II, historicamente, foi entendido como um divisor de águas na relação entre Igreja e sociedade. Como disse Rufino Velasco:

a mudança histórica desencadeada pelo concílio comporta, antes de mais nada, uma *virada copernicana*, na configuração e compreensão da própria Igreja, e uma *virada copernicana* em sua maneira de se relacionar com o mundo.¹²

Partindo desta analogia copernicana, Velasco compreendeu que, com o evento Vaticano II, a Igreja deixou de se ver como o centro do mundo, como outrora acontecia na Cristandade. Compreendeu que o mundo parara de girar em função das decisões da Igreja. Pois, a Igreja se tornara um saber dentro de outros saberes. Quer queira, quer não, o Vaticano II mexeu com a missionariedade da Igreja, mexeu com sua posição frente à sociedade, questionando sua razão de ser e, saindo do superficial para o essencial, ou seja, fazendo a pergunta pela natureza mesma da Igreja enquanto continuadora da missão do Redentor.

Quem também fez uma pertinente síntese daquilo que representou o Vaticano II para a Igreja do século XX, foi Dom Aloísio Lorscheider, a saber:

O Vaticano II faz-nos passar de uma Igreja-Instituição, uma Igreja-sociedade perfeita – para uma Igreja-comunidade, inserida no mundo, a serviço do reino de Deus; de uma Igreja-poder para uma Igreja pobre, despojada, peregrina; de uma Igreja-autoridade para uma Igreja serva, servidora, ministerial; de uma Igreja piramidal para uma Igreja-povo; de uma Igreja pura e sem mancha para uma Igreja santa e pecadora, sempre necessitada de conversão, de reforma; de uma Igreja-cristandade para uma Igreja-missão, uma Igreja toda missionária.¹⁵

Dom Aloísio Lorscheider expressou sua compreensão do Vaticano II como uma inflexão na Igreja. Já que o pedido do papa João XXIII não fora outro, senão, que a Igreja fosse capaz de abrir as portas e as janelas para deixar que novos ares pudessem entrar pelos corredores de uma estrutura acostumada a ficar fechada em si, em suas leis e numa postura apologética diante de qualquer possibilidade de perigo, na relação entre Igreja e mundo. Não se pode negar que houve uma ruptura entre uma Igreja-Instituição, compreendida como uma *Sociedade Perfeita*, para uma Igreja comunidade-servidora-ministerial-missionária.

b) Da programática de João Paulo II - Bento XVI à programática de Francisco

No decorrer do Documento, o leitor vai se deparar com duas visões de Igreja se conflitando: uma de restauração e

¹² R. VELASCO. *A Igreja de Jesus: processo histórico da consciência eclesial*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 232.

¹⁵ G. SARAIVA, *Giovanni Montini e o Vaticano II*. Disponível em: <www.arquidiocese.defortaleza.org.br>. Acessado em: 05 de junho de 2014.

¹⁴ P. SUESS, *Introdução à teologia da missão*. Convocar e enviar servos e testemunhas do Reino. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 136.

¹⁵ Cf. G. ALBERIGO, *Breve história do Concílio Vaticano II (1959-1965)*. São Paulo: Loyola, 2006, p. 202.

¹⁶ Cf. J. B. LIBÂNIO. *A volta à Grande Disciplina: Reflexão teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1983, p. 11.

a outra na linha de missionariedade. A recepção do Concílio Vaticano II não aconteceu de forma unívoca, mas tensa. Houve calorosos debates cujos eixos centrais eram a *hermenêutica da descontinuidade* ou *ruptura*, e a *hermenêutica da continuidade* ou *reforma*.¹⁴ É bom ressaltar que, esse conflito hermenêutico, não nasceu com o término do Concílio, mas, esteve presente, de forma tensa, desde a sua preparação e sua celebração, e tornou-se mais visível após seu término.

O clima conciliar também não era unívoco, mas diverso entre os participantes. Numa mistura de sonho e esperança, receio e medo; entre os padres conciliares se perguntava sobre os rumos que a Igreja deveria tomar dali para frente. Para os progressistas, havia um ar de serena confiança; para a minoria conservadora, receosa preocupação. Para ambas as correntes pode-se dizer que estavam diante de um *tsunami*.

Entre os leigos expectadores havia um ar de esperança. Parecia que uma Igreja de mente aberta para reconhecer o protagonismo dos leigos, estava se formando. Entre os teólogos, o ar era de preocupação. Havia reticência quanto ao impacto de renovação provocado pelo Vaticano II, talvez fosse dissolvido ao terminar sua última sessão, com um possível refluxo da ala *inconformista*.¹⁵ Era com este clima que o Concílio Vaticano II chegou ao seu final no ano de 1965 e entrou na fase de recepção.

Do ponto de vista eclesial, a Igreja oficial foi se afastando, aos poucos, do espírito do Vaticano II e se fechando dentro dela mesma. Se o *aggiornamento* de João XXIII soa como um pedido de abertura à renovação, os anos do pós-Vaticano II serviram para mostrar que a Igreja remou noutra direção: na direção do fechamento e do encastelamento.

O Pontificado de João Paulo II e, posteriormente, o de seu sucessor Bento XVI mantiveram a Igreja na sua zona de conforto e numa cultura de poder; o retrocesso como um *retorno à grande disciplina*, fruto dum pensamento hierárquico-piramidal, distanciou a Igreja das bases. Como evidenciou Libânio, em 1983, a partir de uma frase do Papa João Paulo II, proferida em um pronunciamento radiofônico ao insistir na fidelidade à *grande Disciplina da Igreja*:

Fidelidade significa ainda observância da grande disciplina da Igreja [...] A Disciplina, de fato, não tende a suprimir o que é bom, mas a garantir a justa ordem própria do Corpo Místico, como a garantir e regular a fisiológica articulação entre todos os membros que o formam.¹⁶

Ou seja, o papa estava frisando que o contexto disciplinar, por ele implantado na Igreja, era para lembrar a fidelidade ao magistério de Pedro, sua doutrina, e o que diz respeito às normas litúrgicas.¹⁷

No período que João Paulo II (1978-2005) e de Bento XVI (2005-2013), estiveram à frente da Igreja, as palavras *restauração e comunhão* caíram como luvas. Os dois pontificados podem ser lidos na linha da continuidade com a tradição da Igreja. Cada um teve sua forma de governar; no entanto, quando se tratava dos rumos da Igreja frente ao mundo secular, eles comungavam das mesmas ideias.

Bento XVI foi mais acirrado na questão doutrinal. Seu brasão já falava por si daquilo que era sua intencionalidade à frente da Igreja: *Colaborar com a Verdade*. Neste colaborar com a verdade, do ponto de vista eclesial e missiológico, travou uma batalha para desconstruir a Igreja da base, a Igreja peregrina e elevar, a todo custo, a reconstrução da Igreja do poder, da doutrina, piramidal. Todavia, nesta luta cheia de situações emblemáticas, o papa acabou perdendo o rumo da história e sentiu a necessidade de renunciar ao seu pontificado, em fevereiro de 2013. Uma data que entrou para a história da Igreja.

Com isso, deu-se a eleição do Papa Francisco que foi depois do Concílio, arriscaríamos dizer, uma mudança de 180º graus na vida da Igreja Católica Apostólica Romana; sobretudo, porque Francisco tirou a Igreja da sua zona de conforto institucional, autocentrada, e colocou-a numa postura missionária de *saída*, descentralizada, pregadora do Reino de Deus, principalmente, aos pobres. Um papa diferente dos seus predecessores. Francisco, com seus gestos e palavras, retomou a face da misericórdia e a da compaixão da Igreja.

Rompe com o projeto de comunhão hierárquico de seus predecessores imediatos e, colocando a Igreja de volta na rota de renovação conciliar. Faz uma pastoral de inclusão dos pobres, excluídos e abandonados. Revela uma programática que tem como ponto de partida a missão evangelizadora da Igreja a partir do projeto de Reino de Deus. Lembrando a todos que:

o acolhimento do pobre e a promoção da justiça não sejam confiados apenas a *peritos*, mas sejam uma atenção de toda a pastoral, da formação dos futuros sacerdotes e religiosos, do compromisso ordinário de todas as paróquias, dos movimentos e das agregações eclesiais.¹⁸

c) Cenário de crise social e eclesial

Na sociedade hipermoderna, o caráter institucional não é muito valorizado. O que se leva em conta é a vivência indi-

¹⁷ Cf. *Ibidem*.

¹⁸ FRANCISCO (Papa). *A Igreja da Misericórdia: a minha visão para a Igreja*. São Paulo: Paralela, 2014, p. 86.

vidual da fé, que se dá de forma privada e sem necessidade de mediação institucional. Não há espaço para um modelo eclesial preponderante a que se deva ser seguido à risca. O que conta, em última instância, é a revivescência do religioso sim, mas pela reativação multiforme das espiritualidades para **um ser humano desorientado e hiperindividualista**.

O primeiro ponto desse cenário de crise é o conflito entre Igreja, sociedade hipermoderna e as demais religiões, e que ocorre na forma de governo eclesial e social. Sabemos que, ao longo da história, a Igreja não soube compreender e nem quis se esforçar para aprender a conviver bem, de forma harmoniosa com o mundo democrático, com a sociedade pluralista. Ainda hoje se vive das memórias da era da Cristandade e da hegemonia clerical; tempos de glória onde ela era a *mestra da verdade*. Há uma parte significativa do clero que sonha com esse retorno da antiga Cristandade.¹⁹

¹⁹ Cf. M. A. OLIVEIRA. *A religião na sociedade urbana e pluralista* São Paulo: Paulus, 2013, pp. 89-90.

Sendo mais preciso, a Igreja na sua forma de governar foi e continua sendo monárquica, e não democrática. No sistema de monárquico não há espaço para descentralização de poderes, pois o poder fica centrado na figura do monarca que, no caso eclesial, é o Papa. A centralização ou a descentralização ainda fica na dependência da linha teológico-ecclesiológico-missiológico que o papa tomar. Hoje, com o protagonismo do papa Francisco, a Igreja está num processo de aberta. A questão que se levanta é até quando esse processo eclesial dependerá de quem está na cátedra de Pedro.

Para a nossa análise, é importante ressaltar que se vive em um momento de transição, não somente entre dois tipos de pontificado, mas entre duas programáticas eclesiais de governo. Uma que representa a restauração de uma visão de missão voltada para o interno da Igreja e a outra a abertura de uma visão missionária voltada para o mundo. Em 2011, o teólogo Hans Küng, fazendo análise pormenorizada dos últimos pontificados de João Paulo II e Bento XVI, já havia se preanunciado esse colapso institucional devido às posturas desses papas.

Em 2013, tal colapso ocorreu no alto escalão do Vaticano com a renúncia do Papa Bento XVI. Essa notícia trouxe à tona o rosto de uma Igreja frágil, sem credibilidade, com dificuldades e *enferma*. Como disse Hans Küng:

a Igreja católica, esta grande comunidade da fé, encontra-se gravemente *enferma*, padecendo sob o sistema de comando da Igreja romana [...] o período do pós-concílio, Roma passou cada vez mais a reverter as iniciativas de renovação, o que nos últimos anos conduziu a uma irrupção aberta da crescente e ameaçadora enfermidade da Igreja católica.²⁰

²⁰ H. KÜNG. *A Igreja tem Salvação?* São Paulo: Paulus, 2012, p. 14.

A crise de credibilidade, que a Igreja vinha atravessando perante seus fiéis e a sociedade civil, não fora pequena. Os escândalos não paravam de estourar no Vaticano e já não dava mais para esconder ou fingir que não existiam. Os meios de comunicação social publicavam notícias a respeito da investigação policial de bispos, padres, acusados de pedofilia, em vários países, que levou o Vaticano a prestar contas destes casos, sob a suspeita de acobertamento de abusos sexuais; O banco do Vaticano estava sendo acusado de lavagem de dinheiro; sem contar que havia uma desordem no comando da Igreja, que, em determinados assuntos, o Papa nem ficava sabendo. Enfim, a Igreja estava passando por uma crise institucional sem precedentes.²¹

O ano de 2013 foi marcado por um esgotamento institucional que

expôs à luz do dia os porões da Cúria Romana, envolta em luzes de poder, corrupção e outros escândalos, organismos que tem sido o principal responsável pelo estancamento da renovação conciliar e pelo gradativo processo de involução eclesial nas últimas três décadas.²²

Isso também teve seu lado bom; sobretudo, porque se deve levar em conta que, toda crise deve ser compreendida como um ponto de partida real de mudança.²³ O que já não era sem tempo. Havia um desejo por reforma na Igreja para que sua credibilidade fosse devolvida.

Neste contexto de crise institucional, foi que surge a figura carismática do Papa Francisco com seu jeito novo de ser Igreja, seu carisma e sua visão missionária desafiadora que iria mexer com as estruturas da Igreja e colocá-la numa postura diferente daquela que vinha assumindo com seus últimos pontífices. Inspirado em Francisco de Assis, a escolha do Cardeal Bergoglio em tomar-lhe o nome como papa, sugere que tinha em mente que a missão seria também a de *reconstruir a Igreja*, e devolver a ela o espírito missionário como sua essência calcada na Palavra de Deus.

Assim, não seria errado dizer que o documento *Comunidade de Comunidades* foi gestado em meio a um colapso institucional, a uma crise de direção e de transição de na Igreja pautada pela mudança de pontificados dispareos.

2. Apresentação do Documento *Comunidade de comunidades* da CNBB

Na 52ª Assembleia da CNBB, os bispos aprovaram o referido documento. Contudo, não se pode negar que a intenção

²¹ Cf. *Ibidem*, p. 35.

²² A. BRIGHENTI. Perfil da Igreja que o Papa Francisco so-nha. In: J. M. SILVA da (Org.). *Papa Francisco: perspectivas e expectativas de um Papado*, p. 13.

²³ Cf. J. D. PASSOS, e A. M. de L. SOARES (Org.). *Francisco: renasce a esperança*. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 87.

deles era boa e almejava o bem da Igreja. Queriam iluminar o ser da Igreja, lembrando que toda ela deve ser transformada em comunidades daqueles que vivem de Cristo Jesus, iluminados e guiados pela força e suavidade do Espírito Santo, acolhidos pela bondade de Deus. (CC 100, n. 7). A proposta era transformar *a mentalidade da Igreja, mudar o que se tem, e torná-la uma comunidade dinâmica, missionária e consciente da urgência de viver em estado permanente de missão* como, em 2007, o Documento de Aparecida havia acenado (CC 100, n. 9).

Por isso a 52ª Assembleia continuou sua reflexão central por aquilo que mais toma espaço na Igreja, que é a paróquia. Depois de um ano de estudos, reflexões, revisões do documento de trabalho, publicado como Documento de Estudo, número 104, coube à 52ª Assembleia fazer suas considerações e tomar decisões a respeito do assunto. E foi o que ocorreu. No último dia, de encontro os bispos aprovaram um novo texto, devidamente reformulado, intitulado: *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia, a conversão pastoral da paróquia*.

As palavras *conversão e pastoral* não entram no subtítulo por acaso. Se no Documento de Estudo 104, elas eram coadjuvantes; no texto oficial (Documento 100), elas passaram a ter o sentido de *mudanças estruturais* para o surgimento de uma *nova paróquia*.

Ao longo dos seis capítulos do documento oficial, o inciso: *conversão pastoral* aparece como fio condutor e questionador da paróquia e de sua missionariedade. Podemos dizer que a tese central do documento final da Assembleia é a proposta, evidenciada pela necessidade, de se fazer uma transformação no atual modelo de paróquia. (CC 100, n. 5).

Sabemos que esse documento recebeu influências e teve sua inspiração em algumas fontes desiguais.²⁴ Essa pluralidade de fontes não quer dizer o desejo de harmonização nem busca de uniformidade. Pelo contrário e, sobretudo, porque se crê que diferente é o que faz crescer. Contudo, dificultou explicitar com mais clareza o rumo que se queria dar ao documento. A impressão que passou para nós foi que se quis agradar a *gregos e troianos* como se diz no ditado.

A definição do termo paróquia ficou por conta do pensamento do Papa Francisco contido na sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG, n. 28): *a paróquia não é uma estrutura caduca, precisamente porque possui uma grande plasticidade, pode assumir formas muito diferentes que requerem a docilidade e a criatividade missionária do pastor e da comunidade*. (CC 100, n. 2). Uma visão que nasceu a partir

²⁴ São elas: os documentos do Concílio Vaticano II, o Catecismo da Igreja Católica, o Código de Direito Canônico, os Documentos do CELAM (Medellín, Puebla, Santo Domingo, Aparecida), os Documentos do Papa João Paulo II, Papa Bento XVI, Papa Francisco, as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja (2011-2015) e o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, cf. CC 100, nn. 5-6.

de uma análise contextual, lembrando que a instituição *paróquia* deveria ser capaz de se adaptar e reformar-se em vista da missão.

3. Análise crítica-prospectiva: *Por uma paróquia missionária*

Nosso estudo se propôs a fazer uma análise do documento final da 52ª Conferência a partir de uma análise crítica e prospectiva. Crítica, não no sentido de fazer uma apreciação de cunho negativo ou destrutivo do texto. Ao contrário, fazer um parecer analítico construtivo do texto à luz da Teologia da Missão, que é o nosso referencial científico. Para tanto, mantivemos presente que o referido documento foi escrito dentro de um processo de transição pela qual a Igreja estava passando. Crise de mudança no Vaticano que inevitavelmente interferiria no futuro da paróquia.

Ao escolhermos o caráter prospectivo, declinamos dos posicionamentos perspectivos e retrospectivos sobre a paróquia, por acreditar que o olhar prospectivo tem mais a ver com nosso pensamento. Claro que fizemos um olhar para o passado, mas não com um ar saudosista, nem meramente retrospectivo, sobretudo, porque o retorno aos dados históricos seria projetar nesses dados uma leitura sob as lentes do tempo que poderiam dar a impressão de estar fazendo um juízo de valor a partir do nosso presente e com as nossas ferramentas teóricas atuais. Mesmo porque não era esse o enfoque da pesquisa.²⁵

Com o caráter prospectivo, tomamos como exemplo uma analogia de alguém que, ao tomar um trem, percorre todos os seus vagões buscando conhecê-lo. Ao chegar, porém, a uma determinada estação, desce e deixa que esse mesmo trem siga seu curso afastando-se devagarinho. Essa é a nossa ideia: olhar o documento final da 52ª Assembleia como o espectador que, percorreu suas páginas, mas que agora o observa a certa distância vendo-o ganhar vida própria na sua fase de recepção pelos diversos seguimentos da Igreja. Na fase da recepção, assim como ocorreu como o Concílio Vaticano II, há os que o acolhem positivamente e os que o rejeitam negativamente. Numa atitude normal diante de qualquer documento magisterial colocado para a apreciação de grupos heterogêneos.

Faremos, a exemplo dessa heterogeneidade, a nossa apreciação do documento em termos de seu conteúdo, de sua linguagem, de sua estrutura capitular, de seu método, ressaltando seus avanços e paradoxos no campo *missiológico* com o olhar voltado para o futuro missionário da Igreja.

²⁵ Quanto à perspectiva histórica de avaliação da realidade paroquial, não deixaria de ser interessante, mas não era o nosso foco. Quisemos fazer uma análise do documento, olhando para o *hoje* da Igreja e da sociedade.

3.1. Estrutura do Documento

Do ponto de vista estrutural, o texto do documento está dividido em seis capítulos. No primeiro capítulo, foi feita uma análise da realidade observando os *Sinais dos Tempos e da conversão pastora na dinâmica do ver*. No contexto social atual, reconhece que Deus se faz presente e se mostra capaz de levar a Igreja a sair de si e estabelecer um diálogo com a Sociedade, de maneira histórica. (CC 100, n. 9). Portanto, os novos contextos sociais foram apresentados como desafios e oportunidades à missão da Igreja.

O segundo capítulo tem como título a *Palavra de Deus, Vida e Missão nas comunidades*. Os autores foram buscar na vida e na prática de Jesus, bem como nos Ato dos Apóstolos, as bases necessárias para definir os valores para se viver em uma comunidade missionária.

O terceiro capítulo teve o cuidado de apresentar o *Surgimento da paróquia e sua evolução* sob o viés evolutivo da História. Ressalta a importância da paróquia como instrumento na construção da identidade cristã desde o século III d.C, evidenciando sua origem marcada por um contexto cultural diferente do atual. (CC 100, n. 106) Por isso, da necessidade de se rever e / ou recuperar muitos aspectos históricos ao longo da história do cristianismo, sem perder de vista que a paróquia nasceu no século IV quando o Cristianismo passou a ser declarada a religião oficial do Império Romano.

O quarto capítulo, *Comunidade paroquial*, faz uma abordagem da paróquia a partir da temática comunitária. Constata que, *a comunidade - Igreja encontra seu fundamento e origem no Mistério Trinitário*. (CC 100, n. 152). Ou seja, a sua origem deve ser compreendida à luz comunidade trinitária que, não é uniformidade, mas unidade na diversidade de pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Portanto, a Igreja-comunidade deve a ser considerada *peregrina e missionária* (CC 100, nn. 152 e 155). Com a missão de *anunciar e testemunhar o amor revelado em Jesus Cristo*. (CC 100, n. 156). Assume também a ideia que a comunidade paroquial deve ser compreendida a partir do testemunho e do *querigma* (CC 100, n. 188).

O quinto capítulo versa sobre os *Sujeitos e tarefas da conversão paroquial*. Para tanto, tomou como base a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* do Concílio Vaticano II. Na ocasião, fez uma correlação entre o Sacerdócio comum dos fiéis, proveniente do Batismo, e o Sacerdócio ministerial, proveniente do sacramento da Ordem, destacando as distinções. Quanto ao Sacerdócio comum dos fiéis, deixa claro que a renovação paroquial é tarefa de todos, sem necessidade de divisões, pois todos

estão envolvidos nas diferentes tarefas (CC 100, n.192) e através de diferentes ministérios e serviços. Contudo, no momento que busca explicar o Sacerdócio ministerial, deixa transparecer que a missão da Igreja deve ter sua fundamentação na pessoa de Jesus Cristo o *Bom Pastor* (CC 100, n. 192) e que, portanto, tal tarefa cabe àqueles que estão à frente do rebanho, tais como: os bispos, presbíteros, diáconos. (CC 100, 192).

O sexto e último capítulo, se preocupa em fazer uma abordagem sobre as *Proposições pastorais*. Mostrar as pistas de ações para a conversão da paróquia em Comunidade de comunidades. Contudo, lembra que o primado de Deus e do Espírito Santo, na ação evangelizadora, devem vir em primeiro lugar. (CC 100, n. 242). Dentre os vários exemplos para que esse agir aconteça na *nova paróquia*, lembramos: a setorização da paróquia (CC 100, n. 244), sua descentralização para ir ao encontro dos afastados, a não preocupação com estrutura administrativa, o cuidado com a formação dos leigos, o planejamento da paróquia em rede de comunidades (CC 100, n. 245). Lembra também que a paróquia necessita iniciar o processo de buscar, atrair e acolher aqueles que estão afastados dela. (CC 100, n. 247).

Este sexto capítulo, teve uma parte que ficou foca no agir paroquial mais na linha *ad intra*, tais como: na valorização do uso da Palavra de Deus, no aprendizado da Leitura Orante da Palavra, (CC 100, n. 271), em liturgias mais participativas (CC 100, n. 274), no bom funcionamento dos Conselhos de pastoral paroquial e Conselho de Assuntos Econômicos (CC 100, n. 290), na organização e da administração da paróquia, no Dízimo (CC 100, n. 288), na prestação de contas de maneira transparente (CC 100, n. 293), na criação de um fundo de solidariedade entre as paróquias e diocese (CC 100, n. 294) e na superação do isolamento paroquial através do vínculo afetivo e efetivo entre comunidades da paróquia e da diocese. (CC 100, n. 297).

No entanto, outra parte do mesmo capítulo toma uma postura diferente desta. Fez uma abordagem missionária da paróquia na linha *ad extra*. Ressaltamos: as comunidades paroquiais devem vivenciar a caridade, sair de uma pastoral de manutenção e partir para uma pastoral missionária e de fronteira: acolhendo os famintos, os nus, os doentes, visitar os presos (CC 100, n. 282), promovendo a defesa da vida, desde a concepção até seu fim natural, (CC 100, n. 282), acolhendo os que estão à beira do caminho, ser uma Igreja samaritana: que acolhe (CC100, n. 283) os dependentes químicos, migrantes, desempregados, sem teto, etc. (CC 100, n.283), os divorciados, os casais de segunda união, homossexuais, os doentes mentais. (CC 100, n. 284).

Ainda mais: levanta as bandeiras de defesa: da vida, da ecologia, da ética na política, da economia solidária e da cultura de paz, cuidando da integridade da Terra e da biodiversidade. (CC 100, n. 285). De uma abertura ecumênica inter-religiosa através do diálogo com as diferentes igrejas e religiões. (CC 100, n. 299) em prol de uma cultura de proximidade e de paz.

A Conclusão geral do documento retoma os novos contextos e as oportunidades como desafios à conversão pastoral da paróquia em Comunidade de comunidades (CC 100, n. 320) colocando como desafio paroquial a saída da postura burocrática e estática da paróquia para deixar resplandecer a *Igreja como mistério, Povo de Deus à caminho* (CC 100, n. 320). E, terminou dizendo que a chave missionária da transformação da paróquia em Comunidade de comunidades está na conversão pastoral. Posto que, no século XXI, a paróquia não pode ser pensada de forma geográfica, territorial-física, mas a partir do acolhimento de outras formas de pertenças quer sejam elas ambientais, opcionais ou por afinidades (CC 100, 321).

3.2. *Texto Sincrético entre duas Programáticas*

O texto final da 52ª Assembleia (Documento 100), apesar de ser bem escrito, nos seus seis capítulos, é de cunho sincrético. Pois, se esforça por fazer *uma síntese, razoavelmente equilibrada, de elementos dispares e originados de diferentes visões*.²⁶ Ao longo dos seus capítulos, tenta unir modelos de Igreja diferentes em termos teológicos, eclesiológicos, misiológicos e, inclusive diferente visão de mundo.

Notamos que, do primeiro ao quarto capítulo, o texto foi ousado no sentido missionário ao convidar a paróquia a fazer uma experiência da missão de Deus no meio do povo. Todavia, do quinto ao sexto capítulos, o texto toma outra conotação: perde a ousadia missionária de saída e fica vacilante entre ficar ou sair, entre retroceder ou avançar, entre voltar para sacristia ou ir ao encontro da sociedade e criar uma cultura do encontro numa sociedade hipermoderna, fragmentada, urbana e plural. Demonstrando medo e uma resistência ao novo, numa linha de Igreja apologética.

As proposições pastorais do sexto capítulo revela a fragilidade missionária frente ao diálogo com a sociedade hipermoderna e paradoxal; faz do *agir* da nova paróquia a revelação da crise de direção a que a Igreja do Brasil vem passando. Fica entre a cruz e a espada, ou seja, entre abraçar o projeto missionário de Francisco ou ficar presa no projeto apologético de Bento XVI.

²⁶ A. HOUAISS (org.). *Dicionário Houaiss da Língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2577.

Diante de uma sociedade hipermoderna (plural, fragmentada, urbana, desafiante) notamos que o texto final (Documento 100) avança em relação ao documento de trabalho (Documento de Estudo 104) ao trazer as palavras proféticas do papa Francisco, e o desejo de abertura ao novo. Todavia, entre saber o que fazer e colocar em prática, sabemos que vai uma distância grande. Faz-se necessário quebrar os grilhões que nos aprisionam e deixar brotar a semente do Reino de Deus que Jesus plantou no meio de nós, ao invés de sufocá-la.

3.3. *Método de Procedimento escolhido*

Na elaboração de um texto, cada autor pode escolher o método que deseja utilizar para expor o resultado de sua pesquisa. Pode ser o dedutivo ou indutivo, seguidos ou não de uma pesquisa de campo. O método dedutivo toma, como ponto de partida, princípios gerais válidos e aplica-os a um determinado contexto, ou seja, a uma realidade em que sua pesquisa está interligada. Já o método indutivo é o seu inverso. Toma como ponto de partida a análise contextual, de uma realidade concreta, a partir do *ver – julgar - agir*. Primeiro, o pesquisador olha a realidade procurando compreendê-la. E, à luz da Palavra de Deus, faz um juízo que aclare essa realidade ajuizando as intuições a ser desenvolvidas. Em seguida, estabelece as opções de ação, que se traduzem em gestos concretos que visam a eficácia das possíveis mudanças projetadas.

No caso do texto final (Documento 100) houve uma tentativa de retomada do método indutivo: *ver – julgar - agir* quando se pretendeu mostrar a nova face da paróquia ao se lembrar dos sinais dos tempos e da conversão pastoral. Contudo, no momento do *agir* volta ao método clássico dedutivo de ficar analisando apenas o interno, o já existente sem interação com o social.

3.4. *Linguagem complexa e paradoxal*

O texto do documento aparentemente faz uso de uma linguagem simples, com um texto coeso e bem escrito; e ecleticamente bem elaborado com o propósito de esconder os conflitos de pensamentos teológicos, eclesiológicos e missiológicos existentes nele.

No entanto, para quem tem a intenção de aprofundá-lo criticamente percebe sua complexidade. Sua linguagem complexa revela a divisão entre duas visões de igreja; de um lado, conservadora e, do outro, missionária. Por sua aprovação ter

acontecido depois de idas e vindas, discussões, negociações, emendas, chegou-se, enfim, a um *consenso* que o documento estaria bom para ser aprovado e votado no último dia da Assembleia. Portanto, não seria de estranhar que o texto traga consigo uma linguagem paradoxalmente consensual.

Neste tipo de linguagem plural, o que acaba ocorrendo é que se vai incorporando *as diferentes posições como modificações ou acréscimos, do que resulta, de fato, não um sistema lógico coerente, mas uma coerência possível.*²⁷

²⁷ J. D. PASSOS, *Concílio Vaticano II: reflexões sobre um carisma em curso*. São Paulo: Paulus, 2014, p. 192.

3.5 Avanços do texto final em relação ao documento de trabalho

Não obstante o documento oficial (CC 100) apresentar uma linguagem complexa e paradoxalmente consensual, não se pode negar há avanços em relação ao documento de trabalho (DT 104). O ano de estudo e reflexão sobre o tema não foi em vão. Mudanças aconteceram, passos foram dados. A começar pelo título que incorporou as palavras *conversão da paróquia* como parte essencial da mudança de mentalidade da Igreja. A palavra *conversão* deixou de ser vista como mero tópico dentre outros, para se tornar a tese central do novo documento.

Não se pode esquecer que o termo *conversão*, ou melhor, *metanoia*, quer seja em seu nível pessoal quer seja pastoral-comunitário só acontece e se sustenta se brotar de dentro para fora e não de fora para dentro. Caso contrário, a pessoa ou a instituição, qualquer que seja ela, até reconheceriam onde poderiam ou deveriam mudar, mas não teriam forças necessárias para fazê-los por falta do principal: a convicção quanto à mudança. Sem convicção interior, capaz de motivar e exercer tais mudanças, de nada adiantaria e o velho prevaleceria. O ser humano continua com os mesmos vícios, mesmo se consciente da necessidade de mudanças; assim como as instituições continuam envelhecidas e cheias de rachaduras em suas estruturas do passado.

O texto do documento lembra-nos que a atual paróquia está desafiada a se renovar, converter, diante das aceleradas mudanças sociais (CC 100, n. 61). Portanto, a palavra de ordem passa a ser *desinstalar-se*. Ir ao encontro do outro. Aprender a entrar no mundo do outro e a descobrir que a missão que faz no meio rural não pode ser a mesma no meio urbano (CC 100, n. 21), pois, há diferenças contextuais. Sem essa consciência do respeito contextual e da criatividade missionária a missão não acontece. A chave de leitura missionária necessária para o mundo plural em que vivemos está no respeito aos diferentes contextos.

E o texto do documento não parou nisso. Ao exemplo do *aggiornamento* de João XXIII vai abrindo espaço para a relação entre Igreja e mundo. Quando alerta para que a Igreja esteja atenta à realidade do diálogo e entenda que a realidade da sociedade hipermoderna tem religiosidade e fé, mas não necessariamente exercida por mediação institucional nem comunitária. Há uma revivescência do ser religioso; contudo, desacreditado das instituições. (CC 100, n. 23). Então, como evangelizar neste cenário? Eis um desafio para a Igreja.

O Papa Francisco foi firme ao dizer: *não podemos ficar fechados na paróquia, em nossa comunidade, em nossa instituição paroquial [...]*. (CC 100, 145) nessa afirmação, o papa reconhece que a Igreja precisa ser uma presença no meio do povo onde homens e mulheres necessitam de uma palavra de conforto. Ser uma Igreja que estabelece relação com a sociedade a partir da descentralização e não da centralização do poder em si. Mesmo porque, *a descentralização da paróquia e a consequente valorização das pequenas comunidades deveriam ser a grande missão da Igreja que busca desenvolver a cultura da proximidade e do encontro*. (CC 100, n. 191).

Vale ressaltar que o documento destaca que as CEBs poderiam ajudar no processo de conversão pastoral da nova paróquia (CC 100, n. 230), fazendo-a encontrar seu caminho profético e sua dimensão sociotransformadora no mundo. Mais ainda, afirma que não existe um único modelo de paróquia a ser seguido, como se pensava no meio rural, mas diferentes modelos de paróquias urbanas. (CC100, n. 321).

3.6. Paradoxos do Documento

Um dos paradoxos do documento final da 52^a Assembleia da CNBB está em pensar a missão como um repatriar e não um encontro de irmãos como foi afirmado no seguinte texto: *é urgente ir ao encontro daqueles que se afastaram da comunidade ou dos que a concebem apenas como uma referência para serviços religiosos*. (CC 100, n. 318).

Outro paradoxo está em pensar que conversão pastoral é o mesmo que revitalização paroquial, ao dizer que ela serviria para recatequizar os afastados e doutriná-los. Na revitalização paroquial, apenas se faz uma leve maquiagem naquilo que já existe até esconder as imperfeições sem se preocupar com mudanças substanciais, enquanto que a conversão pastoral é uma mudança substancial que ocorre de dentro para fora, *uma quebra de estruturas, uma mudança de direção*. E não uma adequação ao já existente.

3.7. Duas visões de missão

Encontramos duas formas de se pensar a missão: enquanto natureza missionária e atividade missionária. A missão enquanto natureza missionária e paradigmática é herdeira do Concílio Vaticano II (LG, n. 2); surge como um apelo para que todos possam assumir seu compromisso batismal, para isso faz-se necessário rever as estruturas ultrapassadas da paróquia e promover uma renovação paroquial em vista da sua missionariedade. Ou seja, realizar a tentativa de colocá-la em *estado permanente de missão*. (CC 100, 50)

Por outro lado, a missão da paróquia enquanto atividade, ou seja, uma ação programática que visa animar a paróquia com inúmeras atividades, sem, contudo, mexer em sua estrutura.

Natureza missionária e atividade missionária estiveram presentes no documento principalmente em si tratando de pensar uma Igreja em *saída*. No entanto, a questionamento que se pode levantar é: *o que se entende por saída missionária? Qual é a sua intencionalidade?*

Emergem duas propostas: resgatar o rebanho espalhado e distante da matriz-paroquial (CC 100, n. 317) ou ir aos afastados para criar uma cultura do encontro. (CC 100, n. 267).

Considerações finais

A proposta de querer aprovar esse documento sobre a paróquia não era ruim, pelo contrário, era até necessária. Contudo, o pecado da 52ª Assembleia foi ter corrido demais com o processo, se é que assim podemos dizer, e não ter apreciado a riqueza que o caminho provocado pela conversão pastoral, aos pouco, foi provocando na Igreja. Tendo em vista que não é de hoje que a Igreja vem discutindo sobre a renovação da paróquia. Desde o século IV, quando a paróquia foi criada que se questiona sobre sua missão.

Em 2007, na Conferência de Aparecida, essa temática da renovação das estruturas paroquiais foi retomada a todo vapor, incluindo a reestruturação paroquial. Com isso, queremos dizer que o fato de ter colocado a paróquia como tema principal foi de avanço que merece ser reconhecido. Todavia, o que faltou foi sabedoria em conduzir o processo escolhido para permitir que a sonhada *nova paróquia* surgisse sem os vícios do passado e de portas abertas para sair de si e caminhar para o outro.

Ao longo do documento, encontramos correntes que se conflitaram do ponto de vista eclesiológico, teológico e mis-

siológico numa demonstração que havia duas alas de Igreja fechadas em seus argumentos; ora se queria manter a instituição e ora, sem negar a instituição, se queria sair e pregar o Evangelho aos pobres. Uma ala tentando garantir a autorreferencialidade da Igreja, a saber, naquilo que ela se tornou ao longo dos anos, hierárquica, e outra tentando resgatar sua origem, enquanto serva do Reino, sua natureza a partir do anúncio que passa pela missionariedade.

Quando a 52ª Assembleia começou, a equipe responsável pela reformulação do texto em vista às contribuições da base, apresentou o novo texto para os bispos fazerem suas emendas textuais e darem suas contribuições finais. Talvez, na ânsia de chegar à reta final, não compreenderam que haviam recebido uma riqueza literária e religiosa que ainda não estava pronta para ser apreciada em todo o seu esplendor, mas precisava de mais tempo para ser lapidada, amadurecida, ruminada, para deixar fluir calmamente o rosto da *nova paróquia*, sem pressa.

Mesmo porque o documento de trabalho (DT 104), que durante um ano fora reformulado e trabalhado, no início da 52ª Assembleia estava apenas começando a mudar num processo de lenta maturação do que poderia ser a *nova paróquia* segundo o que se pode chamar de construção de uma nova mentalidade de Igreja no século XXI. O documento chama de conversão pastoral em meio a um mundo em polissêmico: social, cultural e religioso.

Teria sido mais produtivo se a 52ª Assembleia tivesse finalizado seus trabalhos, aprovando o texto com as devidas emendas como um segundo *Documento de Estudo, parte II*. Ao reenviá-lo às bases, por mais um ano, daria oportunidade para o tema ser pensado, meditado e ruminado pelas comunidades paroquiais. Como afirmou Bergoglio:

Para que algo deixe de estar *verde* e chegue a estar *maduro* seriamente, é essencial não se apressar. [...] para chegar a um ponto de maturidade [...] verdadeiramente livres e responsáveis, é preciso que tenhamos dado (e nos tenham dado) tempo.²⁸

Como disse o Cardeal Bergoglio, a palavra chave em falta para que o texto não ficasse totalmente sincrético teria sido o tempo. Alguns podem até pensar que seria perda de tempo a mais uma parada para rever essa temática sobre a missão da paróquia, Pelo contrário, teria sido um investimento fundamental para que a Igreja no Brasil pudesse pensar como a paróquia que se quer comunidade chegasse a um exercí-

²⁸ J. M. Cardeal BERGOGLIO. *Caminhando para a maturidade*. São Paulo: Ecclesiae, 2014, pp. 71-72.

²⁹ Cf. J. M. Cardeal BERGOGLIO. *Caminhando para a maturidade*. São Paulo: Ecclesiae, 2014, p. 71.

cio ministerial à luz de sua natureza missionária e calcado no princípio de comunhão e participação (CC 100, n. 287) e que estava *caminhando para a maturidade missionária*.²⁹ Pois, somos conscientes que mudanças não acontecem num pace de mágica, mas gradualmente.

Não podemos esquecer que a paróquia é uma instituição jurídica que tem deveres perante a sociedade civil e precisa arcar com eles. Contudo, ela é chamada a ser uma comunidade missionária. A consciência de seu lado jurídico e administrativo não pode ser esquecida, visto que é uma realidade. Contudo, o que se espera é que ele não seja motivo de entrave para sufocar a conversão pastoral para a sua missionariedade paroquial.

Essa conversão pastoral mostra e revela a força e a fraqueza do documento final da 52^a Assembleia. Força, por ter querido uma transformação e mudança, algo que mexesse com as velhas estruturas da atual paróquia estática, parada e presa no universo do já realizado há anos. No entanto, sua fraqueza ocorreu justamente por ter sonhado alto demais, ou ter pensado que o processo de conversão é simples e fácil; o que acabou por ser abandonado e continuar a usar o termo *revitalização paroquial*, como se fosse sinônimo de conversão, coisa que está longe de ser, e que o documento de trabalho já havia usado. A palavra *revitalização pastoral* (CC 100, n. 3) nem deveria ter aparecido de novo e menos ainda em pé de igualdade com as palavras *renovação paroquial* e conversão pastoral (CC 100, n. 5).

Se em tempos do papa Francisco, a Igreja volta a beber nas fontes do Concílio Vaticano II depois de um longo hiato. O desejo de colocar a *Igreja em estado permanente de missão* requer mostrar que não se parte de estruturas prontas, mas de reflexões que vão sendo amadurecidas na medida em que o caminho vai sendo realizado dentro da dinâmica da comunhão e participação, como quis a Conferência de Puebla (DP, n. 567). E não em simples maquiagem para esconder imperfeições.

Estamos na época da recepção do documento ***Comunidade de comunidades***. Tempo de fazer uma leitura e releitura à luz do referencial teórico de cada leitor. Para alguns ele poderá ser compreendido como um documento inovador que veio trazer uma nova mentalidade para a Igreja paroquial que estava faltando. Para outros ele ficou aquém do que se esperava de um documento que postou no título o termo *nova paróquia* e, no entanto, o novo parou aí. O documento que tem força de Magistério traz consigo um caráter normativo,³⁰

³⁰ J. A. TRANSFERRI. *Introdução à ética teológica*. São Paulo: Paulus, 2015, p. 176.

já que o foi aprovado pela Conferencia dos Bispos do Brasil. Como documento oficial, inaugura a fase de recepção textual, e que em termos de missiologia se chama período hermenêutico e que vem sempre após um texto ser oficialmente tido como concluído.

Essa hermenêutica pode ser realizada por várias instâncias: o mundo teológico acadêmico, as Igrejas particulares e suas comunidades paroquiais ou de base, e será também pela sociedade e por os todos que tiverem interesse ao que diz respeito à paróquia. Os leitores serão livres para compartilharem da proposta da paróquia tradicional hierárquica ou não, como serão livres para acolherem a visão da paróquia missionária que nasce a partir da experiência *pobre para os pobres*, também presente no texto. Queremos dizer, com isso que, esse texto está aberto à muitas interpretações e intervenções.

Uma coisa é certa. Do ponto de vista missionário, que é nosso enfoque, esse documento poderia ter ido mais além. Não tem uma visão coesa, pois traz duas visões de missão da Igreja. Uma enquanto *plantatio ecclesiae*, expansão, atividade missionária e a outra missão como a natureza da Igreja (AG 2), fonte de inspiração no encontro de irmãos a partir do discipulado missionário (CC 100, n. 324). Infelizmente, a nosso ver, a visão missionária como *plantatio ecclesiae* ainda é forte e prevalente no texto mais que a visão da missão como natureza da comunidade eclesial.

Segundo o papa Francisco, em sua Exortação: *Ser Igreja significa ser povo de Deus, de acordo com o grande projeto de amor do Pai. [...] A Igreja deve ser o lugar da misericórdia gratuita* (EG, n. 114). Suas palavras vão à contramão da missão como *Plantatio ecclesiae*, pois, propõe uma Igreja servidora (CC 100, n. 8) que testemunha de forma próxima, afetuosa e humilde; compassiva, solidária e reconciliadora; ouvinte e dialogante; compromissada com a justiça e capaz de compartilhamento, como Jesus o fez (cf. CC 100, n. 186). No exercício da misericórdia não se deixar levar pelo proselitismo (cf. CC 100, n. 188). Sendo assim, vai ao encontro de uma teologia que pensa a missionariedade eclesial a partir do Reino de Deus e de uma Igreja voltada para produzir frutos para o mundo.

A Teologia da missão, diante dos eclesiais problemas estruturais, não consegue compreender a Igreja e a sociedade como duas instâncias isoladas, mas interligadas. Sobretudo, porque não é possível pensar a Igreja fora do mundo e sem a missão de anunciar o Reino de Deus no mundo. Na missão não há destinatários, ou espaço para quem manda e quem

³¹ Cf. A. BRIGHENTI, *A ação pastoral em tempos de mudança: modelos obsoletos e balizas de um novo paradigma*. Em *Vida Pastoral*, ano 56, n. 33 (2015)p. 33.

³² Cf. R. ZWETSCH. *Missão como com-paixão: por uma teologia da missão em perspectiva latino-americana*. São Leopoldo / Quito: Sínodal / CLAI, 2008, pp. 85 - 86.

³³ W. KASPER, *A Igreja Católica: essência, realidade, missão*. Porto Alegre: Unisinos, 2012, p. 364.

³⁴ Cf. A. BRIGHENTI, *A ação pastoral em tempos de mudança*. Em *Vida Pastoral*, op. cit., p. 23.

obedece, mas espaço para uma atitude relacional entre interlocutores.³¹ No mundo hipermoderno e plural, o respeito pela alteridade e pelo diferente é fundamental, sem isso, a missão não acontecerá.

No passado da Cristandade a Igreja era a *Senhora da Verdade*. *A duras penas ela foi aprendendo que a missão era de Deus, missio Dei* (missão de Deus), da qual ela é instrumento para chegar ao fim e não o contrário.³² Como disse o teólogo Kasper: *A Igreja não é o fim dos caminhos de Deus. Ela não é um fim em si mesma; ela aponta para além de si mesma. Ela é sinal e instrumento do Reino de Deus em irrupção*.³³

Uma missionariedade contextualizada parte de baixo, da realidade do povo simples e sofrido, voltada para a missão inclusiva de Jesus na cidade, no bairro, onde estão os abandonados necessitando do amor misericordioso de Deus.

Assim, se falamos que a sociedade e a Igreja estão passando por um momento de crise, queremos encarar essa crise como uma encruzilhada, e não como um beco sem saída ou o fim de uma história.³⁴ Mas um tempo de Deus, um *Kairós*, para que tanto a sociedade quanto a Igreja em si, pensem nas suas missões para daí revelarem suas ações.

Assim, ela será uma Igreja missionária por natureza (AG, n. 2) e sujeito na missão de Deus e não sujeito da missão no mundo. Não devemos negar que a paróquia deve ser pensada como uma realidade, que tem dupla face, a saber: a face jurídica-administrativa, e a face ministerial-sacramental, acolhedora, servidora e missionária. Oxalá que o jurídico-administrativo não sufoque a face missionária.

Compreendemos que aquele modelo rural não pode ser literalmente aplicado na cidade grande, sem ser refletido porque a missão para ser verdadeira e eficaz tem que partir da realidade e do contexto onde cada paróquia se encontra. Faz-se necessário encontrar um modelo paroquial capaz de atender ao homem da cidade, com sua cabeça plural, fragmentada e paradoxal. Como encontrar pistas de ações concretas para evangelizar na grande cidade? Infelizmente não existe uma fórmula pronta, nem como aprofundar essa questão.

Assim, notamos que o Documento final da 52ª Conferência em Aparecida ficou preso numa relação tênue e conflitiva entre as eclesiologias: conservadora e jurídico-doutrinal (eclesiocêntrica) e a propositiva e missionária-ministerial (reinocêntrica). Entre o projeto de restauração de João Paulo II e Bento XVI e o projeto missionário-libertador de Francisco. Contudo, embora já se tenha reconhecido a Teologia missionária do Papa Francisco, há um caminho longo a ser percorrido.